

LOCAL: INT – Instituto Nacional de Tecnologia
ATA DA REUNIÃO (principais tópicos abordados):

A audiência teve como objetivo a discussão pública das propostas da Prefeitura para a Região Portuária, materializadas em 3 projetos de lei que estão sob análise da Câmara dos Vereadores. Esses projetos de lei se referem à: I - instituição da Operação Urbana Consorciada - OUC, II - da criação de uma companhia municipal que será a entidade gestora da OUC e III – da isenção de impostos municipais para essa companhia.

A Vereadora Aspásia Camargo inicia os trabalhos relatando que o encontro visa atender a uma determinação legal, sendo a oportunidade para discutir o projeto de grande importância para a Cidade. Em seguida o Secretário Extraordinário de Desenvolvimento, Felipe Góes, agradeceu à oportunidade e apresentou em linhas gerais as duas fases, informando que na primeira serão aplicados 200 milhões de reais na reurbanização do Bairro da Saúde e do Morro da Conceição, bem como na implantação da Pinacoteca do Rio, da Garagem Subterrânea e das edificações do Programa Novas Alternativas. Ressaltou que as obras de reurbanização estavam sendo licitadas e que em até 2 meses deveriam ser iniciadas.



Informou ainda que para a Fase 2 do projeto está prevista a implantação de uma Operação Urbana Consorciada – OUC, que estabelecerá as condições necessárias para uma parceria com o setor privado, com o objetivo de recuperar toda a sua infra-estrutura.

O Secretário Municipal de Habitação, Jorge Bittar, apresentou as diversas propostas habitacionais para a área, ressaltando o extenso levantamento realizado pela Secretaria que aponta a viabilidade de implantação de mais de 10.000 unidades habitacionais.

O Subsecretário de Patrimônio Cultural, Washington Fajardo, explanou de forma ampla sobre as ações do patrimônio, com ênfase na importância da preservação para criar vínculos entre moradores e seus bairros.

Houve uma breve intervenção da Vereadora Aspásia, solicitando que fosse dado foco à Região Portuária.

Da mesa participou o Professor da UFRJ Antonio Agenor de Melo Barbosa, morador do Morro da Conceição, que comenta sobre a dificuldade da maioria das pessoas em compreender aquele sítio. Exemplifica que quando realiza uma compra e informa seu endereço – Rua Jogo da Bola – a vendedora não compreende e costuma confirmar várias vezes para identificar o CEP. Ressalta que as intervenções são importantes, mas não se pode esquecer a “dimensão poética”, visto que o Morro da Conceição é muito frágil. Relata uma reunião promovida pelo IPHAN na Fortaleza da Conceição, que segundo ele foi muito desagradável, pois haveria a intenção de impor um modelo de gestão daquele sítio histórico. Apresenta ainda a preocupação com um processo de gentrificação e com a possibilidade de perda da vista para o mar, em decorrência do adensamento das edificações na parte plana do Bairro da Saúde. Considera que pela sua especificidade, o Morro da Conceição deveria ser objeto de uma audiência pública exclusiva, quando seria possível um debate mais profundo, incluindo uma discussão sobre a articulação do Sistema de Espaços Livres.

Em seguida a Defensora Pública Enedir dos Santos, moradora do Bairro da Saúde ressaltou a importância do debate evitando algo por ela denominado como uma possível “monarquia projetual”, ou seja a imposição de modelos com base em critérios técnicos sem a participação da comunidade. Ressaltou o antigo debate sobre os limites dos bairros, que teriam sido definidos sem uma consulta à população, gerando inconsistências como o Morro da Saúde que está na Gamboa e com o Morro da Gamboa, que está no Santo Cristo.

A Vereadora Aspásia retoma a palavra destacando que se está analisando um Plano de Desenvolvimento para toda a Região Portuária, sendo uma oportunidade para enriquecer as propostas. O morador Gabriel Catarino agradece ao INT e a todos os presentes, ressaltando a importância da conciliação em torno do projeto e de que os 3 bilhões de reais previstos sejam para todos. Ele manifestou seu apoio ao projeto e cobrou ainda a presença do Ministério das Cidades, que seria de grande importância.

O Sr. Sérgio Velho, também da UFRJ, destaca que é preciso avaliar o tipo de tratamento a ser dado aos espaços públicos, bem como aos terminais rodoviários. Indaga se as ilhas serão contempladas e questiona a proposta de 3 marinas (provavelmente se referindo aos 3 novos píeres). Aproveita para propor o resgate do Caminho do Rei e da necessidade de restauro do Centro Cultural José Bonifácio.

O Sr. José Paulo Graco propõe que a revitalização da Região Portuária ocorra associada à revitalização econômica da Cidade, citando como exemplo o caso da Cidade de Barcelona.

Marcelo dos Santos, morador da Gamboa, considera que o projeto deveria ser denominado como Porto Armadilha, apresentando uma cartilha do Ministério das Cidades e ressaltando a necessidade de preservação das Comunidades Tradicionais. Por fim cita o poema "Massa Crítica" de sua autoria.

Maurício Hora, morador do Morro da Providência questiona o modelo de gestão para as escolas dos Galpões da Gamboa, que segundo ele não atenderão às demandas da comunidade, bem como a proposta de uma escola de gastronomia em galpão da CADEG. Reforça antigo pedido dos moradores para a implantação de uma escola de segundo grau e apresenta sua preocupação com a notícia, vinculada em jornal, que apresentava a intenção de remover 3.000 famílias no Morro da Providência. Corroborou a preocupação em relação à perda da visão do mar.

Em seguida o Sr. Martin, antropólogo estrangeiro, morador do Morro da Conceição, afirma que falta na proposta uma perspectiva multicultural e que em pesquisa no site do IPP encontrou apenas 5 imagens sobre o projeto. Ressalta a importância de uma política para o Patrimônio Cultural e que não se previu a capacidade de carga turística da região, que poderá sofrer impactos negativos em caso de intenso incremento. Cita como exemplo a Pedra do Sal, que não estaria resistindo às atividades relacionadas às rodas de samba. Finaliza reafirmando que falta diversidade social e cultural no Projeto Porto Maravilha.

O arquiteto Daniel Vagner indaga sobre qual o paradigma do projeto, afirmando que o Rio não é Puerto Madero e que é necessário o resgate das pessoas que saíram da região. Cita como exemplo o caso da ocupação do prédio do antigo IAPETEC, onde são necessárias ações de dignidade. Afirma ainda que o Programa "Minha Casa Minha Vida" privilegia as famílias de 3 a 10 salários mínimos e que se preocupa com os empecilhos para ver o mar.

Sr. Noel, da Ocupação Zumbi dos Palmares, informa que no local estão 120 famílias e que o Ministério das Cidades iria converter os prédios do INSS em habitações de interesse social. Finaliza fazendo uma indagação ao Secretário de Habitação sobre quais as ações previstas.

Sr. Valentim, morador no Prédio do IAPETEC, corrige que são 133 famílias e que foram à Brasília e ainda não obtiveram uma solução.

Sr. Carlos, do Quilombo das Guerreiras afirma que são 5 ocupações e que estão sendo molestados pela Secretaria Especial da Ordem Pública. Afirma que em sua ocupação existe um teatro que se deseja ver restaurado.



Outro morador do Morro da Conceição, o Sr. Mário Miranda, antropólogo, afirma que aquele tipo de audiência é uma forma de legitimação de coisas com as quais não se consegue lutar. Agradece pela oportunidade dos moradores se encontrarem, quando será possível definir estratégias de ação. Comenta que as atividades técnicas (em referência aos urbanistas) não é neutra e que as audiências são processos de legitimação do que está decidido. Mostra preocupação com as possíveis transformações e que deseja continuar comprando no 2001 (supermercado da região). Ressalta a necessidade de criação do fortalecimento da economia local, citando como exemplo uma rede de compras. Questionou as atividades desenvolvidas na Rua Sacadura Cabral, que segundo ele seria um *show business* e as pressões da economia de mercado sobre a região. Finaliza indagando qual será o local dos representantes da mesa na história da Cidade.

Carlos Roberto Rabaça, astrônomo da UFRJ e produtor cultural, sugere a implantação de uma escola técnica e afirma que não há projeto na área de cultura.

Sr^a. Mathilde, do Movimento Moradia Digna na Área Central, questiona o que a seu ver é a privatização da Área Portuária, como no caso da Companhia (refere-se à nova companhia municipal prevista em um dos projetos de lei). Ressalta a importância do Plano Diretor e de que não está havendo participação da população, estando os pobres fora do processo.

Sr. Mário Miranda propõe a criação de uma comissão de representantes.

Sr. Antonio Carlos, morador do Morro da Conceição, afirma que só sabem do projeto pela mídia e que teme o processo de gentrificação dos bairros. Considera que o Morro da Conceição é um elo perdido, onde é possível brincar à noite de pique. Considera que existe uma desconfiança natural com a proposta da Prefeitura e que os moradores não querem perder a harmonia existente. Finaliza propondo que as discussões ocorram na forma da Agenda 21.

O historiador Orlando, do Cordão do Prata Preta, afirma que o Prefeito Pereira Passos expulsou os pobres e que o temor tem fundamento, em razão da especulação. Sugere a recuperação do prédio da Sociedade Dramática Filhos de Talma e criticou um Fórum de Intelectuais.

Em seguida o Sr. Ronaldo Oliveira, morador do Morro da Conceição, afirmou que os moradores querem os hábitos atuais e que a questão da saúde não está contemplada. Ressaltou que em outra reunião o representante da Prefeitura, Antonio Correia, afirmou que demandas por escolas de 2º grau devem ser tratadas com o Estado e na área de Saúde com a Secretaria Municipal de Saúde. Por fim sugere que o Vereador Eliomar Coelho faça o uso da palavra.

Um representante do Núcleo de Terras da Defensoria Pública (nome não compreendido) apresentou preocupação com famílias com rendas entre 0 e 3 salários mínimos e indagou sobre qual parte dos 200 milhões de reais da Fase 1 seria destinada para moradia popular e regularização fundiária. Considerou que no Projeto de Lei deveria ser reforçada a não remoção de famílias e de que, no inventário dos imóveis, fosse levantado o número de imóveis ocupados por população carente em razão da necessidade de proteção.

Srª. Clara Vieira, do Movimento Nacional da Moradia) sugere o compromisso com a regularização fundiária e a construção de novas habitações de interesse social. Ressalta a importância de garantir alternativas para as famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos, pois os proprietários já estariam especulando com seus imóveis. Considera uma incoerência o Programa Minha Casa Minha Vida estar voltado para a AP 5 e sugere que a Secretaria do Patrimônio da União transfira terrenos para atender a faixa de 3 a 10 salários mínimos.

Vereador Eliomar Coelho afirma que aquela era uma das audiências mais ricas, pois foi possível ouvir as pessoas. Afirmou que um projeto de 30 anos, conforme dito pelo Secretário de Desenvolvimento não poderia ser analisado pela Câmara em apenas 6 meses. Questionou que no projeto só é feita menção ao desenho urbano e que não se tratou da CDURP, do processo de privatização da Cidade, da isenção de impostos proposta. Por fim afirmou que é preciso ouvir.

O Secretário de Habitação afirma que são muitas questões e que a pressão dos moradores é natural, mas que a desconfiança deve ser sanada. Pede desculpas à Clara Vieira por haver interrompido sua fala com comentários e afirma que o Programa Minha Casa Minha Vida é bem desenhado, sendo que metade das propostas atenderá a faixa de 0 a 3 S.M., totalizando 15.000 unidades. Questiona a interpretação de que o programa não deveria ter como meta a AP 5, pois os moradores da Zona Oeste também têm seus direitos à moradia. Confirma a intenção em melhorar as condições de habitabilidade do Morro da Providência e, em especial da Pedra Lisa e que o Programa Minha Casa Minha Vida é uma grande oportunidade.



Afirma que a questão da visibilidade do mar deve ser esclarecida e que é necessária a busca de alternativas para as ocupações, sendo que os levantamentos não têm como objetivo a expulsão das pessoas. Por fim declara que é preciso organizar o espaço público e que há condições de harmonizar o novo com o tradicional.

O Secretário de Desenvolvimento reinicia afirmando que o debate é enriquecedor e que compreende a ansiedade por comunicação e na descrença em relação ao Poder Público, em razão de tantas tentativas que não se viabilizaram. Ressalta que o desafio é melhorar a qualidade de vida da população e que o foco é na infra-estrutura urbana. Reafirma que não se está apresentando um novo projeto.

Esclarece que as ilhas não estão contempladas e de que não há previsão de marinas. Considera ótima a proposta de implantação de UPA 24 horas e esclarece que a CDURP é uma companhia municipal, não havendo previsão de privatização. Por fim esclarece que a isenção prevista no Projeto de Lei é apenas para a CDURP.

O Secretário de Habitação faz breve defesa da outorga onerosa como forma de obter recursos da mais-valia imobiliária para investimentos em infra-estrutura e HIS.

O Secretário de Desenvolvimento reafirma o compromisso com o processo participativo e com as reuniões mensais com os interlocutores, considerando que a proposta da Agenda 21 poderá ser avaliada.

Subsecretário de Patrimônio informa que o Centro Cultural José Bonifácio é prioridade e estão previstos investimentos de 1,4 milhão de reais, cuja licitação ocorrerá em breve. Considera boa a proposta do Caminho Real, bem como a ligação com a Casa de Banhos e que os comentários apresentados foram muito bons, especialmente a idéia da Comissão Local. Afirmou, ainda, que a região é foco da Secretaria de Cultura havendo preocupação quanto às sutilezas antropológicas e à visão da Baía de Guanabara. Por fim ressaltou que o desafio é vencer o ceticismo.

Finalizando o encontro a Vereadora Aspásia agradece pela fidelidade dos participantes, visto o horário, e as sugestões apresentadas. Afirmo que aprendeu muito e poderá aplicar os ensinamentos, respeitando a diversidade, o compromisso cultural e a necessidade de preservação e valorização da Região Portuária.